

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

INSTRUÇÕES

SENHOR (A) CANDIDATO (A)

1. ESTE CADERNO DE PROVA COMPÕE-SE DE 100 (CEM) QUESTÕES, A SABER:

10 (dez) de Direito Constitucional; 6 (seis) de Direito Administrativo; 5 (cinco) de Direito da Criança e do Adolescente; 4 (quatro) de Organização do Ministério Público; 10 (dez) de Direito Civil; 10 (dez) de Direito Processual Civil; 3 (três) de Direito do Consumidor; 2 (dois) de Direito do Idoso; 10 (dez) de Direito Penal; 10 (dez) de Direito Processual Penal; 4 (quatro) de Direito Ambiental; 1 (um) de Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência; 7 (sete) de Direito Eleitoral; 7 (sete) de Direito Tributário; 7 (sete) de Direito Sanitário; e 4 (quatro) de Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

2. INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Marque apenas **UMA OPÇÃO** por questão.
- Resolva primeiro a **PROVA** e depois transcreva cada alternativa que julgar correta para o **CARTÃO - RESPOSTA**.
- Assinale, caso queira e haja tempo, as respostas na última **FOLHA DESTACÁVEL** e a leve para posterior conferência.
- Devolva o **CARTÃO RESPOSTA** e leve o **CADERNO DE PROVA**, nesse último caso somente passadas três horas e trinta minutos do início dessa Prova Preambular.

3. INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

- Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta;
- Assine no campo apropriado, sem ultrapassar os limites do espaço a que se destina;
- Marque as respostas preenchendo **INTEIRAMENTE** o espaço a elas destinado no **CARTÃO RESPOSTA**;
- Observe que o **CARTÃO RESPOSTA** compreende as questões das provas de Direito Constitucional (01 a 10); Direito Administrativo (11 a 16); Direito da Criança e do Adolescente (17 a 21); Organização do Ministério Público (22 a 25); Direito Civil (26 a 35), Direito Processual Civil (36 a 45); Direitos do Consumidor (46 a 48), Direitos do Idoso (49-50), Direito Penal (51 a 60), Direito Processual Penal (61 a 70), Direito Ambiental (71 a 74); Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (75), Direito Eleitoral (76 a 82); Direito Tributário (83 a 89); Direito Sanitário (90 a 96); e, Organização Judiciária do Estado do Maranhão (97 a 100).
- Preencha o espaço corretamente porque não haverá, em hipótese alguma, substituição do **CARTÃO RESPOSTA**;
- Marque as respostas preenchendo **INTEIRAMENTE** o espaço destinado no **CARTÃO RESPOSTA**, iniciando do centro para a periferia, conforme o seguinte:

A	B	C	D	E
----------	----------	----------	----------	----------

OBSERVAÇÃO: RASURAS E DOBRAS NO CARTÃO RESPOSTA PODERÃO IMPLICAR NA REJEIÇÃO PELA MÁQUINA LEITORA. EVITE-AS!!!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

4. IDENTIFICAÇÃO

Nome do candidato _____

RG/CI N.º _____ Inscrição nº _____

Assinatura: _____

I - DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01 - A Constituição Federal atual pode ser classificada como:

- A () rígida, codificada, outorgada e concisa;
- B () flexível, legal, promulgada e prolixa;
- C () rígida, codificada, promulgada e prolixa;
- D () flexível, legal, outorgada e concisa; e
- E () flexível, codificada, outorgada e concisa.

QUESTÃO 02 - Em relação à extradição a Constituição Federal:

- A () admite sempre em se tratando de naturalizado;
- B () permite caso seja provada a participação de brasileiro nato e de naturalizado em crime de tráfico de ilícito de entorpecentes;
- C () permite se comprovado o envolvimento de brasileiro nato ou naturalizado em crime de tráfico ilícito de entorpecente, mas desde que o delito tenha característica internacional, o que autorizará julgamento por Tribunal Internacional;
- D () o brasileiro nato não é passível de extradição;
- E () o naturalizado poderá ser extraditado nas mesmas hipóteses previstas na Constituição para o brasileiro nato, mas desde que o fato seja posterior à naturalização. Se anterior poderá ser expulso.

QUESTÃO 03 - A Emenda Constitucional nº 19/1998, encerrando discussões doutrinárias e jurisprudenciais sobre a previsão implícita de determinado princípio de administração pública expressamente o incorporou ao texto constitucional. Qual é esse princípio?

- A () Legalidade.
- B () Eficiência.
- C () Moralidade.
- D () Razoabilidade.
- E () Impessoalidade.

QUESTÃO 04 - Não é da competência do Supremo Tribunal Federal julgar:

- A () mandado de segurança contra ato do Procurador-Geral da República;
- B () os Ministros de Estado e o Presidente da República em infrações penais comuns;
- C () via recurso especial as causas decididas em única ou última instância nas hipóteses previstas constitucionalmente;
- D () via recurso extraordinário as causas decididas em única instância nas situações previstas no texto constitucional;
- E () via recurso extraordinário as causas decididas em última instância, nas situações estampadas no texto constitucional.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

QUESTÃO 05 - Ao lado da vitaliciedade e irredutibilidade de subsídios, os membros do Ministério Público têm como garantia para livre atuação a “*inamovibilidade*”, que por força constitucional atualmente só pode ser rompida:

- A () por interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros;
- B () por interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros;
- C () por interesse público, comprovada a prática de falta funcional grave, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros;
- D () por interesse público e cometida falta funcional grave, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros; e
- E () por interesse público, desde que seja cometida falta funcional grave, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria simples de seus membros.

QUESTÃO 06 - Qual tópico que não reproduz situação por si só impeditiva de emenda à Constituição Federal?

- A () Proposta de unificação dos Poderes.
- B () Exclusão de direito ou garantia individual.
- C () Abolição da forma federativa do Estado.
- D () Proposta cuja matéria já tenha sido objeto de emenda rejeitada na mesma legislatura.
- E () Todas as alternativas anteriores inviabilizam Emenda à Constituição.

QUESTÃO 07 - Frente ao texto constitucional assinale a alternativa *INCORRETA*.

- A () Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- B () A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, desta não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.
- C () No Brasil não há previsão constitucional da “*ação declaratória de constitucionalidade*”, mas tão-somente da “*ação direta de inconstitucionalidade*”, que tem no Procurador-Geral da República uma das autoridades legítimas a propô-la.
- D () A mesa do Senado, a mesa da Câmara dos Deputados, as mesas das Assembléias Legislativas, o Conselho Federal da OAB e os Governadores de Estado têm legitimidade para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- E () A atual redação da Constituição Federal veda aos agentes do Ministério Público o exercício de atividade político partidária.

QUESTÃO 08 - No tocante à “*súmula vinculante*”:

- A () podem editá-la o STF e STJ, mediante aprovação de dois terços de seus membros, e ao seu conteúdo estarão vinculados não só os órgãos do Poder Judiciário como também os da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- B ()** pode editá-la apenas o STF, mediante aprovação de dois terços (2/3) de seus membros e ao seu conteúdo também estará vinculada a administração pública direta e indireta;
- C ()** pode editá-la apenas o STJ, mediante aprovação de dois terços de seus membros e ao seu conteúdo estarão vinculados apenas os órgãos do Poder Judiciário.
- D ()** podem editá-la o STF e o STJ, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros e ao seu conteúdo estarão vinculados os órgãos do Poder Judiciário;
- E ()** pode ser editada pelo STF, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros.

QUESTÃO 09 - Será inconstitucional lei que fixe prazo de prescrição nos crimes:

- I - de racismo;
- II - de ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- III - hediondos;
- IV - de tráfico ilícito de entorpecentes;
- V - terrorismo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

Estão **CORRETOS** os itens:

- A () “I” e “II”;
- B () “I”, “III”, “IV” e “V”;
- C () “I”, “IV” e “V”;
- D () “III”, “IV” e “V”;
- E () “I” e “V”.

QUESTÃO 10 - A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos se estende às:

- I - autarquias;
- II - fundações públicas;
- III - empresas públicas; e,
- IV - sociedades de economia mista.

Estão **CORRETOS** os itens:

- A () “I”, “II” e “III”;
- B () “I”, “II”, “III” e “IV”;
- C () “I” e “II”;
- D () “II” e “III”;
- E () “I” e “III”.

II - DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11 - Assinale a assertiva **INCORRETA**, acerca de atos administrativos.

- A () A “*competência*”, um dos requisitos do ato administrativo, pode ser delegada ou avocada na conformidade com a delimitação prevista pela lei de regência, sendo, portanto, impossível seu deslocamento discricionário.
- B () A “*finalidade*”, também requisito do ato administrativo, sempre deve se dirigir ao atendimento do interesse público.
- C () A revogação ou a modificação de um dado ato administrativo expedido na “*forma*” escrita pode se dar verbalmente.
- D () O “*motivo ou causa*” do ato administrativo não se confunde com sua motivação.
- E () O *objeto* consiste no enunciado, na prescrição, na disposição, vale dizer, o efeito jurídico sem o qual o ato administrativo não pode ter existência material.

QUESTÃO 12 - A respeito dos princípios administrativos, assinale a assertiva **CORRETA**.

- A () O princípio da *legalidade*, basilar do sistema jurídico administrativo, pressupõe a submissão do Estado (gênero) a atos normativos administrativos.
- B () O princípio da *impessoalidade* significa boa administração e se encontra relacionada com o da legalidade, porque, a inobservância da lei, além de outras consequências torna ineficiente a Administração.
- C () Em face do princípio da *moralidade*, não está somente obrigado o administrador à obediência à lei, mas, também, aos princípios éticos, lealdade, boa fé, probidade, bem assim aos valores pertinentes à sinceridade, lhanza, urbanidade, dentre outros, sendo-lhe vedado o comportamento malicioso.
- D () O princípio da *publicidade* dispensa a necessidade de transparência da Administração, sob pena de malferir o sigilo, pressuposto do Estado Democrático de Direito, o qual, nessas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

circunstâncias, não pode contemplar, também, o direito à informação sobre matéria de ordem pública.

- E ()** O princípio da *eficiência* significa que a Administração tem o dever de tratar os administrados sem discriminações, perseguições, favoritismos, animosidades, ou sectarismo.

QUESTÃO 13 - Em se tratando de responsabilidade civil do Estado (gênero), CORRETO é afirmar que:

- A ()** a responsabilidade subjetiva estatal decorrente de ato omissivo de seu preposto não se fundamenta nas modalidades negligência, imprudência, ou imperícia, todavia, exige verificação da culpa ou dolo administrativo;
- B ()** a responsabilidade objetiva por ato comissivo de seus agentes, ou atos predatórios de terceiros não contratados, sob a ótica da teoria do risco administrativo moderado ou mitigado, nada obstante dispensar a prova da culpa administrativa permite à Administração demonstrar a culpa da vítima como atenuação ou exclusão da indenização;
- C ()** a responsabilidade objetiva, pela teoria exacerbada do risco integral, obriga a Administração a reparar qualquer dano, inadmitindo causa excludente da responsabilidade, à exceção daqueles danos decorrentes de atividades nucleares e outros especificados em lei;
- D ()** em se tratando de responsabilidade objetiva escorada na teoria do risco administrativo, independentemente de se tratar de ato ilícito, basta para sua caracterização a ação do agente, o nexo de causalidade e o resultado lesivo, inadmitindo-se, contudo, ação regressiva em face do agente público causador do prejuízo;
- E ()** a responsabilidade subjetiva decorrente da *faute du service* dos franceses - culpa anônima - apresenta-se nas modalidades falta objetiva do serviço, mau funcionamento, ou seu retardamento como fato gerador da obrigação de indenizar o dano causado a terceiro.

QUESTÃO 14 - Tratando-se de matéria atinente à organização administrativa do Estado (gênero) é CORRETO afirmar que:

- A ()** as fundações públicas são destituídas de autonomia administrativa e são criadas mediante autorização administrativa;
- B ()** autarquia é órgão público administrativamente centralizado e personifica serviço público típico retirado da Administração descentralizada;
- C ()** empresas públicas são entidades da administração direta, dotadas de personalidade jurídica de direito público;
- D ()** as sociedades de economia mista são criadas mediante autorização legal e são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, constituídas na forma de sociedades anônimas;
- E ()** as atividades administrativas quando transferidas à empresas estatais não perdem a condição de encargos centralizados.

QUESTÃO 15 - Quanto a servidores públicos INCORRETO é afirmar que:

- A ()** os empregos públicos permanentes, criados por lei, não confundíveis com cargos públicos de provimento efetivo, são regidos por contratos trabalhistas típicos do regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- B ()** o regime jurídico único previsto na redação original da Constituição federal foi abolido pela Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998;
- C ()** a obrigatoriedade de concurso público é requisito para investidura em cargo ou emprego público, ressalvada a hipótese dos cargos de provimento em comissão;
- D ()** os servidores estáveis só podem perder o cargo em virtude de sentença judicial com trânsito em julgado, em decorrência de processo administrativo disciplinar, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, ou excepcionalmente, para efeito de adequação das despesas com pessoal aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, precedida de redução das despesas com cargos de provimento em comissão, seguido de cargos de confiança e, por fim, exoneração de servidores não estáveis;
- E ()** subsídio é a espécie de remuneração paga, em parcela única, tanto para os agentes políticos quanto aos servidores no exercício de cargo público de provimento efetivo.

QUESTÃO 16 - A respeito da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, CORRETO é afirmar que:

- A ()** as empresas públicas e sociedades de economia mista não se subordinam ao seu regime jurídico;
- B ()** aos contratos administrativos não se aplicam supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições do direito privado;
- C ()** na execução direta de obras ou serviços por intermédio de seus próprios meios, às entidades da Administração cogita-se na contratação administrativa de terceiros e, portanto, na realização de licitação;
- D ()** na disciplina do art. 78, I, e seu parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, verificado descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, para fins de rescisão contratual pela Administração desnecessária se faz a observância do contraditório e da ampla defesa nos autos de processo administrativo pertinente.
- E ()** em se tratando de convênio administrativo entre entes públicos para a realização de determinados e específicos objetivos de interesse público, o ajuste formal de deveres e obrigações objetiva regular harmônicas atividades e mútuo interesse entre os órgão da Administração Pública.

III - DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 17 - Sobre a medida de internação a que se refere a Lei nº 8.069/1990 (ECA) é correto dizer que:

- A ()** não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses; e em nenhuma hipótese o período máximo poderá exceder a três anos;
- B ()** constitui medida privativa de liberdade que não comporta a realização de atividades técnicas e não tem prazo máximo de duração previsto em Lei;
- C ()** não está sujeita aos princípios de brevidade e excepcionalidade, mas a liberação do adolescente a ela submetido é compulsória aos 18 (dezoito) anos de idade;
- D ()** só poderá ser aplicada quando se tratar de atos infracionais análogos aos crimes de homicídio e tráfico ilícito de entorpecentes;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

E () não poderá ser aplicada por reiteração no cometimento de outras infrações graves; e nem por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

QUESTÃO 18 - Aponte a alternativa que indica apenas medidas que podem ser aplicadas à criança autora de ato infracional.

A () Advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional.

B () Entrega aos pais mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; liberdade assistida.

C () Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; advertência e prestação de serviços à comunidade.

D () Obrigação de reparar o dano, apoio e acompanhamento temporários; prestação de serviços à comunidade; advertência.

E () Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; abrigo em entidade; colocação em família substituta.

QUESTÃO 19 - Indique a alternativa em que estão elencadas somente medidas que podem ser aplicadas aos pais e responsáveis, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A () Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; prestação de serviços à comunidade.

B () Encaminhamento a cursos ou programas de orientação; liberdade assistida; obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

C () Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; prestação de serviços à comunidade; obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

D () Advertência; perda da guarda; destituição da tutela; suspensão ou destituição do pátrio poder.

E () Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; advertência; prestação de serviços à comunidade; perda da guarda; destituição da tutela; suspensão ou destituição do pátrio poder.

QUESTÃO 20 - Sobre o Conselho Tutelar estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente que:

A () devem ser compostos por brasileiros natos, maiores de dezoito (18) anos e residentes na Comarca, os quais podem ser remunerados e têm mandato certo, não sendo permitida a recondução;

B () cada Município deve possuir apenas um, composto de sete (7) membros escolhidos pelos cidadãos para mandato de dois (2) anos, permitida a recondução;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- C () dentre suas atribuições está a aplicação, aos adolescentes, das medidas de advertência, obrigação de reparar o dano e prestação de serviços à comunidade;
- D () não pode promover a execução de suas decisões, as quais também não podem ser revistas nem mesmo pela autoridade judiciária;
- E () devem ser compostos por pessoas maiores de vinte e um (21) anos, residentes no município e com reconhecida idoneidade moral, as quais têm mandato certo, permitida a recondução, podendo ser remuneradas.

QUESTÃO 21 - Quanto aos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude CORRETO é afirmar que:

- A () foi adotado, exclusivamente, o sistema recursal previsto na Lei nº 8.069/1990, com adaptações;
- B () em todos os recursos, salvo o de agravo de instrumento e de embargos de declaração, o prazo para interpor e para responder será sempre de dez dias;
- C () a autoridade judiciária não se pronunciará acerca da manutenção ou reforma da decisão antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, ou do instrumento, no caso de agravo;
- D () deverá haver o preparo antes da interposição dos recursos;
- E () foi adotado o sistema recursal previsto no Código de Processo Penal, com adaptações.

IV - ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUESTÃO 22 - Tratando-se de órgãos da Administração do Ministério Público do Estado do Maranhão CORRETO é afirmar que:

- A () os da Administração Superior constituem-se da Procuradoria Geral de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria Geral do Ministério Público e Escola Superior do Ministério Público;
- B () integram a Administração do Ministério Público, as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça, os Centros de Apoio Operacional e a Ouvidoria do Ministério Público;
- C () são órgãos auxiliares do Ministério Público, a Escola Superior do Ministério Público, os Centros de Apoio Operacional, a Ouvidoria do Ministério Público, as Assessorias, a Comissão de Concurso, os órgãos de apoio administrativo e os Estagiários.
- D () são órgãos operacionais do Ministério Público, a Assessoria Especial, a Assessoria Jurídica e a Assessoria Técnica;
- E () o Procurador Geral delegará suas funções aos Subprocuradores Gerais para Assuntos Jurídicos, para assuntos Administrativos e ao Corregedor Geral do Ministério Público.

QUESTÃO 23 - Em relação ao Ministério Público e a Procuradoria Geral de Justiça é INCORRETO afirmar que:

- A () a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público;
- B () a Procuradoria Geral de Justiça tem por chefe o Procurador Geral de Justiça;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- C ()** ao próprio Ministério Público cabe prover seus cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, por intermédio de concurso público, inclusive nos casos de promoção e demais hipóteses de provimento derivado;
- D ()** a proposta orçamentária anual elaborada pelo Ministério Público, nos limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deverá ser encaminhada diretamente ao Poder Legislativo;
- E ()** o mandato do Procurador Geral de Justiça é de dois (2) anos, podendo ser reconduzido por mais um período.

QUESTÃO 24 - Tratando-se do Colégio de Procuradores de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público e da Corregedoria Geral do Ministério Público é INCORRETO afirmar que:

- A ()** cabe ao Colégio de Procuradores de Justiça eleger o Corregedor Geral do Ministério Público para mandato de dois (2) anos, permitida uma recondução, bem como destituí-lo na forma prevista na lei orgânica e estatutária do Ministério Público;
- B ()** o Conselho Superior é composto por dois (2) membros natos, ou seja, pelo Procurador Geral de Justiça, seu presidente, e pelo Corregedor Geral de Justiça, bem como por outros cinco (5) Procuradores de Justiça eleitos para um mandato de dois (2) anos;
- C ()** são públicas as sessões de julgamento do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, salvo em se tratando de sigilo previsto em lei;
- D ()** compete ao Conselho Superior do Ministério Público dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público de modo a decidir quem deva officiar no feito;
- E ()** à Corregedoria Geral do Ministério Público cabe realizar de correições e inspeções nas Promotorias de Justiça, bem como inspeções nas Procuradorias de Justiça.

QUESTÃO 25 - Sobre órgãos de execução do Ministério Público - Procurador Geral de Justiça, Conselho Superior, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Substitutos INCORRETO é afirmar que:

- A ()** no âmbito do Ministério Público, a representação ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição estadual é atribuição do Procurador Geral de Justiça;
- B ()** à exceção das acometidas ao Procurador Geral de Justiça, cabe aos Procuradores de Justiça exercer atribuições de Ministério Público junto aos Tribunais;
- C ()** as atribuições ministeriais no primeiro grau de jurisdição são exclusivas dos Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Substitutos;
- D ()** aos Promotores de Justiça, inclusive os Substitutos, se for o caso, cabe a interposição de recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal;
- E ()** ao Conselho Superior cabe rever a promoção de arquivamento de inquérito civil;

V - DIREITO CIVIL

QUESTÃO 26 - Sobre a Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A ()** Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- B ()** A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- C ()** O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
- D ()** Não dependem de homologação as sentenças estrangeiras meramente declaratórias do estado das pessoas.
- E ()** A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de *cujus*.

QUESTÃO 27 - Sobre a Teoria Geral do Direito Civil, escolha a alternativa INCORRETA.

- A ()** São absolutamente incapazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos, bem como são relativamente incapazes os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- B ()** É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consangüíneos até o quarto grau ou em qualquer pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea.
- C ()** O nascituro pode ser objeto de reconhecimento voluntário de filiação e ser beneficiário de doação, ficando tais direitos sob condição suspensiva.
- D ()** O prazo para anular o negócio jurídico por coação, erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, bem como por incapacidade das partes, é prescricional e de cinco anos.
- E ()** Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público pode promover a sua extinção.

QUESTÃO 28 - Sobre a Responsabilidade Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A ()** A instituição bancária responde objetivamente pelos furtos, roubos e latrocínios ocorridos nas dependências de estacionamento que oferece aos veículos de seus clientes, não se podendo alegar como causa excludente caso fortuito ou força maior.
- B ()** Os atos praticados em estado de necessidade não constituem atos ilícitos, mas não excluem o dever de indenizar, tendo o autor do dano ação regressiva contra o terceiro que gerou culposa ou dolosamente a situação de perigo.
- C ()** A absolvição do réu, no processo penal, pela insuficiência de provas (*in dubio pro reo*), não impede o reexame da culpa e sua demonstração, para fins de responsabilidade civil.
- D ()** Aquele que dá carona (transporta gratuitamente) outrem somente será civilmente responsável por danos causados ao transportado, quando incorrer em dolo ou culpa grave.
- E ()** O juiz responderá, por perdas e danos, em relação aos atos judiciais, quando, no exercício de suas funções, proceder com culpa ou dolo.

QUESTÃO 29 - Sobre o Direito das Coisas, assinale a resposta INCORRETA.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- A ()** Denomina-se *fâmulo da posse* aquele que, devido a sua situação de dependência econômica ou de subordinação, com o possuidor direto ou indireto, não exerce posse própria, não podendo, salvo prova em contrário, adquirir a propriedade por usucapião.
- B ()** As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, mesmo que não seja possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- C ()** O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, além do direito de levantar as voluptuárias, enquanto que o possuidor de má-fé, por não ignorar o vício ou o obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa, não tem direito à indenização pelas benfeitorias realizadas no imóvel.
- D ()** Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
- E ()** Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções, mas, se procedeu de boa-fé, terá direito à indenização. Nesta hipótese, se a construção ou a plantação exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que, de boa-fé, plantou ou edificou, adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento da indenização fixada judicialmente, se não houver acordo.

QUESTÃO 30 - Quanto ao Direito de Família, assinale a resposta INCORRETA.

- A ()** É legalmente possível a fixação de alimentos, antes do nascimento da criança, e, conseqüentemente, da declaração de paternidade e do registro civil, pelo juiz, baseado em prova indiciária, para a mulher gestante, e a sua conversão em pensão alimentícia, em favor do infante, após o seu nascimento com vida.
- B ()** Na execução de alimentos, estando o devedor responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável, é legítima a determinação *ex officio* da sua prisão civil como meio de coerção psicológica ao cumprimento da obrigação.
- C ()** A recusa injustificada da mãe em realizar exame do DNA, em ação negatória de paternidade cumulada com anulatória de registro civil da nascimento, gera presunção *negativa* de paternidade.
- D ()** O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade depende de decisão judicial, sendo imprescindível a observância do contraditório, ainda que isto se realize nos mesmos autos.
- E ()** Se o cônjuge declarado culpado, na separação judicial, vier a necessitar de alimentos, e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, o outro cônjuge será obrigado a assegurá-los, mas deve o juiz fixá-los tão-somente no montante estritamente indispensável à sua sobrevivência.

QUESTÃO 31 - Ainda, quanto ao Direito de Família, assinale a resposta INCORRETA.

- A ()** A impenhorabilidade do bem de família abarca, inclusive, o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- B ()** Possui capacidade para se casar as pessoas maiores de dezesseis anos, sendo anulável o casamento de quem não completou a idade mínima para se casar, salvo se dele resultou gravidez, mas o representante do Ministério Público não possui legitimidade para pedir a anulação deste casamento.
- C ()** O Ministério Público pode promover a interdição, para fins de curatela, de ébrios habituais e de viciados em tóxicos, independentemente da atuação e da vontade dos parentes, do cônjuge ou dos tutores, possuindo, para tanto, legitimidade concorrente e disjuntiva.
- D ()** O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguem à maioridade, ou à emancipação.
- E ()** Ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou se viverem em união estável; os divorciados e os separados judicialmente, contudo, podem adotar conjuntamente, desde que o estágio de convivência tenha se iniciado na constância da sociedade conjugal e não haja divergência quanto a guarda e o regime de visitas.

QUESTÃO 32 - A propósito do Direito das Sucessões, marque a alternativa INCORRETA.

- A ()** Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar qual deles morreu primeiro, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- B ()** Podem ser considerados indignos e, portanto, excluídos da sucessão os autores de homicídio doloso ou culposo, tentado ou consumado, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.
- C ()** Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, ressalvado, de forma excepcional, os pactos antenupciais e a partilha feita por ascendente, por ato entre vivos ou de última vontade, desde que não seja prejudicada a legítima dos herdeiros necessários.
- D ()** Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.
- E ()** Na sucessão do companheiro de união estável, a companheira, quanto aos bens adquiridos onerosamente durante a vigência desta união, se não houver filhos comuns nem outros descendentes, mas apenas outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança.

QUESTÃO 33 - Ainda, sobre os Direitos das Sucessões, assinalar a alternativa INCORRETA.

- A ()** A prole eventual, isto é, os filhos ainda não concebidos de pessoas indicadas pelo testador, não dispõe de capacidade de adquirir por testamento (capacidade passiva), mesmo que vivas no momento da abertura da sucessão.
- B ()** Os maiores de dezesseis (16) anos já possuem capacidade para fazer testamento e, por se tratar de ato personalíssimo, não necessitam da assistência dos pais ou dos responsáveis.
- C ()** Não pode o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima, exceto se houver justa causa, declarada no testamento.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- D ()** O Ministério Público pode requerer a abertura do inventário somente se houver herdeiros incapazes.
- E ()** Se o herdeiro for devedor ao espólio, sua dívida será partilhada igualmente entre todos, salvo se a maioria consentir que o débito seja imputado inteiramente no quinhão do devedor.

QUESTÃO 34 - A respeito da Lei de Registros Públicos, escolha a alternativa *INCORRETA*.

- A ()** As nulidades de pleno direito do registro imobiliário, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta, embora não deva ser decretada em relação aos terceiros de boa-fé, que já tiverem preenchido as condições de usucapião do imóvel.
- B ()** O oficial do registro imobiliário possui responsabilidade civil objetiva pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, além dos erros ou os vícios no processo de registro.
- C ()** É admissível a oposição de embargos de terceiro, fundados em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda, ainda que desprovida de registro.
- D ()** Nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel a que se referir esteja matriculado.
- E ()** A intervenção do Ministério Público é obrigatória, no procedimento de dúvida, quanto ao registro imobiliário, tendo legitimidade, inclusive, para interpor apelação da sentença proferida.

QUESTÃO 35 - Ainda, quanto a Lei de Registros Públicos e o Registro Civil de Pessoas Naturais, marque a alternativa *INCORRETA*.

- A ()** Com a conversão da separação em divórcio, a mulher deve voltar a usar o nome que tinha antes de contrair matrimônio, podendo conservar o nome de família do ex-marido, tão-somente, se demonstrar prejuízo para a sua identificação, manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos na união dissolvida ou, ainda, se for reconhecido grave dano em decisão judicial.
- B ()** Vítimas ou testemunhas de crimes que estejam sendo coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, bem como seus filhos menores, podem ter seu nome completamente alterados, desde que resguardado os direitos de terceiros.
- C ()** O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, pode ter seu termo de nascimento registrado, no juízo de seu domicílio, no livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil.
- D ()** Caso a criança venha a morrer na ocasião do parto, será feito os assentos de nascimento e o de óbito, mesmo que não tenha respirado.
- E ()** Quando a pessoa estiver desaparecida e o cadáver não for encontrado para exame, é admissível a justificação para o assento de óbito quando restar demonstrado que o desaparecimento decorreu de naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe.

VI - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 36 - Analise as assertivas seguintes.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- I - Consoante a doutrina tradicional, os princípios informativos do processo são quatro (4), a saber: o princípio “*da fungibilidade recursal*”; o princípio “*da instrumentalidade das formas*”; o princípio “*do aproveitamento dos atos processuais*” e o princípio “*da finalidade*”.
- II - O denominado “*princípio da comunhão da prova*” - enquanto princípio do processo -, consagra a necessidade de se garantir a que o processo não seja objeto de taxações onerosas, de maneira a propiciar a sua utilização somente pelos mais abastados.
- III - Os denominados princípios do “*contraditório*” e da “*ampla defesa*” -enquanto princípios do processo -, não precisam ser observados quando o processo se encontrar em segundo grau de jurisdição.
- IV - Os denominados “*princípios constitucionais do processo civil*” são impositivos ao legislador e ao juiz no exercício de função jurisdicional e na prestação da respectiva tutela.
- V - O “*princípio da vinculação do juiz ao pedido*”, também denominado “*princípio da adstrição do juiz ao pedido*” e “*princípio da congruência*”, possibilita a que o juiz possa e deva decidir, quando tal lhe parecer de justiça, de maneira a conceder pedido diverso do formulado na petição inicial, obedecendo, assim, ao “*princípio da economia processual*”.
- A ()** Somente a afirmativa “**V**” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- B ()** Somente a afirmação “**I**” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- C ()** As afirmativas “**II**” e “**III**” supra são corretas, sendo incorretas todas as demais.
- D ()** A afirmativa “**IV**” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- E ()** A afirmativa “**II**” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.

QUESTÃO 37 - Examine as afirmativas o quanto segue.

- I - Enquanto a “*legislação*” consiste na produção de atos que possuem conteúdo concreto, referindo-se a determinado fato ou caso, a “*jurisdição*” está voltada à produção de normas que vêm a compor o ordenamento jurídico e seus atos têm (de regra) um conteúdo abstrato e geral, porque destinados a regular um número indefinido de casos e fatos futuros.
- II - Denomina-se “*jurisdição voluntária*” o complexo de atividades confiadas ao juiz nas quais, ao contrário do que acontece com a “*jurisdição contenciosa*”, não há litígio entre os interessados.
- III - Em sendo o “*processo civil*” aquele que se realiza para o desempenho da função jurisdicional em matéria civil, pode-se afirmar que ele (“*processo civil*”) regula tão-somente o exercício de uma atividade de caráter unicamente privado.
- IV - O “*interesse de agir*” (condição da ação), em resumo, é a identidade entre quem propôs a ação e aquele que, relativamente à lesão de um direito próprio (que afirma existente), poderá pretender para si o provimento de tutela jurisdicional pedido com referência àquele que foi chamado em juízo.
- V - A “*litispêndência*” e a “*coisa julgada*” são pressupostos processuais intrínsecos, cuja ausência gera a não validade do respectivo processo.
- A ()** Somente a afirmativa “**V**” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- B ()** As afirmativas “**I**”, “**II**” e “**III**” supra são corretas, sendo incorretas as demais.
- C ()** São corretas as afirmativas “**II**” e “**V**” supra, sendo incorretas todas as demais.
- D ()** Somente a afirmativa “**III**” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- E ()** Somente a afirmativa “**II**” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.

QUESTÃO 38 - Leia com atenção as seguintes afirmativas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- I - O Ministério Público, quando intervém no processo civil como “*fiscal da lei*” ou “*custos legis*”, atua de forma necessariamente vinculada ao interesse substancial do móvel (motivo) de sua intervenção (por exemplo, num processo onde exista interesse de um menor absolutamente incapaz), deverá sempre se posicionar, quanto ao “*meritum causae*”, em favor do interesse desse menor.
 - II - O Ministério somente deverá ser intimado pessoalmente no processo quando neste atuar na qualidade de parte.
 - III - Os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público em processos nos quais oficia como “*custos legis*” suspendem os prazos para a interposição de outros recursos apenas em relação ao Ministério Público.
 - IV - O Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que é parte e também naqueles em que oficia, por disposição legal, como “*custos legis*”.
 - V - O Ministério Público, quando atua no processo civil como parte, não desfruta do privilégio do prazo em dobro para recorrer.
- A ()** Somente a afirmativa “II” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
B () Dentre todas as afirmativas supra, somente uma delas é correta.
C () Somente as afirmativas “IV” e “V” supra são corretas, sendo incorretas todas as demais.
D () As afirmativas “III” e “V” supra são incorretas, sendo corretas todas as demais;
E () A alternativa “I” supra é a única correta dentre todas as demais.

QUESTÃO 39 - Examine atentamente as afirmativas que seguem.

- I - Pode-se dizer que possuir capacidade para ser parte (capacidade processual) é possuir a capacidade para ser sujeito de uma relação jurídico-processual.
 - II - Em matéria probatória, a regra da preclusão, que atinge a parte, afasta de maneira peremptória o poder do juiz de determinar de ofício a realização de provas que, no seu entender, contribuiriam para a formação de seu convencimento.
 - III - Quando o Código de Processo Civil estabelece expressamente que um dos cônjuges não pode demandar ou for demandado acerca de direitos reais imobiliários sem o consentimento do outro cônjuge, está impondo uma restrição à “*capacidade postulatória*” dos cônjuges.
 - IV - O “*litisconsórcio facultativo*” é modalidade de “*intervenção de terceiros*” no processo.
 - V - O incidente de “*intervenção de terceiros*”, que ocorre comumente no “*processo de conhecimento*” pode, em certos casos, também ocorrer no “*processo de execução*”.
- A ()** Quatro (4) das afirmativas supra são incorretas e somente uma (1) é correta.
B () Duas (2) das afirmativas supra são incorretas e três (3) são corretas.
C () Duas (2) das afirmativas supra são corretas, sendo incorretas as demais.
D () As afirmativas “I”, “II” e “III” supra são incorretas, sendo corretas as demais.
E () Somente uma (1) das afirmativas supra é incorreta, sendo corretas todas as demais.

QUESTÃO 40 - Considere a seguinte situação hipotética.

- Como se sabe, o demandado (requerido, réu), não apresentando contestação pode ter decretada a sua revelia, reputando-se verdadeiros, de conseqüência, os fatos afirmados pelo demandante (requerente, autor).
- No caso que ora se examina, o demandante Caio, solteiro, com vinte e oito (28) anos de idade e capaz, aforou, em face de Túlio, também solteiro, com trinta e três (33) anos de idade e capaz, ação relativa à propriedade de um bem imóvel, não acostando à respectiva

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

petição inicial o documento comprobatório da propriedade desse sobredito imóvel (a escritura pública).

- Túlio, de sua vez, devida e regularmente citado pessoalmente no processo, todavia, não contestou.
- O Escrivão, já tendo decorrido por inteiro o prazo para a resposta, exarou nos autos termo de conclusão ao Juiz, a este encaminhando a seguir o processado.

Nessa oportunidade - ao examinar o processo -, deverá o Juiz:

- A ()** nomear “*curador especial*” a Túlio;
- B ()** impor a Caio, de ofício, a penalidade por litigância de má-fé;
- C ()** proferir ato tendente a viabilizar a subsequente efetivação da necessária instrução processual, na forma procedimental pertinente;
- D ()** em face da ocorrência da revelia de Túlio, conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença de mérito favorável a Caio;
- E ()** julgar extinto o processo sem resolução do mérito, por superveniente perecimento de seu objeto.

QUESTÃO 41 - Atente para as seguintes afirmativas.

- I - O recurso de apelação, cujo prazo de interposição, de regra, é de quinze (15) dias, somente é cabível de sentença definitiva, vale dizer, daquela que corporifica julgamento do processo com resolução de mérito.
 - II - os denominados “*embargos de declaração*” não são providos de efeito devolutivo.
 - III - interposta a apelação, o juiz, após declarar os efeitos em que a recebe e determinar a abertura de vista ao apelado para a resposta, depois de apresentada esta (resposta), não mais poderá reexaminar os pressupostos de admissibilidade daquela (apelação por ele recebida em momento procedimental anterior).
 - IV - à vista do princípio da taxatividade, pode-se afirmar que são recursos: a apelação, o agravo de instrumento, os embargos infringentes, a correição parcial e o reexame necessário.
 - V - são pressupostos de admissibilidade recursal a “*singularidade*” e a “*irresignação*”.
- A ()** Somente a afirmativa “I” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
 - B ()** Somente são corretas as afirmativas “IV” e “V” supra, sendo incorretas as demais.
 - C ()** Somente a afirmativa “II” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
 - D ()** As afirmativas “I”, “II” e “III” supra são corretas, sendo incorretas todas as demais.
 - E ()** São incorretas as afirmativas “I”, e “III” supra e corretas as demais.

QUESTÃO 42 - Analise as afirmativas que seguem.

- I - A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício pelo juiz e, quando tal acontece, rigorosamente todos os atos decisórios proferidos pelo juiz incompetente serão nulos.
- II - A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício pelo juiz e, quando tal acontece, nem todos os atos decisórios proferidos pelo juiz incompetente serão nulos.
- III - O Ministério Público somente poderá ser ouvido nos denominados “*conflitos de competência*” quando atuar no respectivo processo como parte.
- IV - Quando, a respeito do conhecimento, processamento e julgamento de um determinado processo, um juiz declina de sua competência em favor de outro juiz que a aceita, há conflito de competência.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- V - Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes forem comuns o objeto, a causa de pedir e as partes litigantes.
- A () A afirmativa “II” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- B () Dentre as afirmativas supra, duas (2) são corretas e três (3) são incorretas.
- C () As afirmativas “I”, “III” e “V” supra são corretas, sendo incorretas todas as demais.
- D () A afirmativa “I” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- E () As afirmativas “I” e “V” supra são corretas, sendo incorretas as demais.

QUESTÃO 43 - Examine atentamente as afirmativas que seguem.

- I - O procedimento ordinário é supletivo do sumário.
- II - O “*Inventário e Partilha*” é procedimento especial de jurisdição voluntária.
- III - O procedimento ordinário é comum, enquanto que o sumário é especial.
- IV - O procedimento sumário deve ser sempre observado quando a causa possuir valor excedente a sessenta (60) vezes o valor do salário mínimo.
- V - A “*Alienação Judicial*” é procedimento especial de jurisdição contenciosa.
- A () As afirmativas “II” e “V” supra são corretas, sendo incorretas todas as demais.
- B () Somente a afirmativa “II” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- C () As afirmativas “II”, “III” e “V” supra são corretas, sendo incorretas as afirmativas “I” e “IV”.
- D () Somente a afirmativa “V” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- E () Somente a afirmativa “I” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.

QUESTÃO 44 - Atente para as afirmativas que seguem.

- I - Os beneficiários da denominada “*assistência judiciária*” (Lei nº 1.060/1950), quando sucumbentes na causa, jamais poderão ser condenados pela respectiva sentença ao pagamento das custas processuais.
- II - Os benefícios da “*assistência judiciária*” (Lei 1.060/1950), uma vez concedidos pelo juiz, não mais poderão ser revogados.
- III - Quando impugnado pela parte contrária o pedido de concessão da “*assistência judiciária*” (Lei nº 1.060/1950), ainda que processado em autos apartados, impõe a necessária suspensão do processo principal, até final decisão, vale dizer, a que deva ser proferida acerca do “*pedido de assistência judiciária*”.
- IV - Os benefícios da “*assistência judiciária*” compreendem todos os atos do processo e, portanto, também isentam o beneficiário, quando sucumbente, de efetivar o respectivo preparo do recurso que vier a interpor.
- V - Os benefícios da “*assistência judiciária*”, no caso de morte do beneficiário, transmitem-se de direito e automaticamente aos herdeiros deste, independentemente de quaisquer outras providências processuais.
- A () Somente as alternativas “I” e “V” supra são corretas, sendo incorretas todas as demais.
- B () Somente a afirmativa “IV” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- C () Somente a afirmativa “V” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- D () Somente a afirmativa “I” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- E () As afirmativas “I”, “II” e “V” supra são corretas, sendo incorretas todas as demais.

QUESTÃO 45 - Examine as seguintes afirmativas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- I - O “*Juizado Especial Cível*” tem competência para conciliação, processo e julgamento de ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a sessenta vezes o salário mínimo.
- II - A sentença de primeiro grau proferida pelo Juizado Especial Cível, em nenhuma hipótese, poderá condenar o vencido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.
- III - As sentenças de mérito proferidas no Juizado Especial, sob pena de absoluta nulidade, deverão possuir, como requisitos essenciais a sua validade, circunstanciado e exaustivo “*relatório*”, “*fundamentos precisos*” e “*conclusão final*”.
- IV - No Juizado Especial Cível, a decisão proferida pelo juiz leigo que houver dirigido a instrução poderá ser homologada pelo juiz togado, mas não obrigatoriamente.
- V - No Juizado Especial Cível, o Ministério Público, sob pena de nulidade absoluta, intervirá em todos os processos.
- A () Somente a afirmativa “IV” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.
- B () Somente a afirmativa “V” supra é incorreta, sendo corretas todas as demais.
- C () São corretas as afirmativas “I” e “II” supra e incorretas todas as demais.
- D () As afirmativas “III” e “V” supra são incorretas e corretas todas as demais.
- E () Somente a afirmativa “I” supra é correta, sendo incorretas todas as demais.

VII - DIREITOS DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 46 - Assinale a alternativa *INCORRETA*.

- A () A instauração de inquérito civil, até o seu encerramento, obsta a decadência do direito do consumidor reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.
- B () Nos estabelecimentos que utilizem código de barras para apreçamento, é obrigatório o oferecimento de equipamentos de leitura ótica para consulta de preço pelo consumidor, localizados na área de vendas e em outras de fácil acesso.
- C () O fornecedor que informa preços apenas em parcelas, obrigando o consumidor ao cálculo do total, está sujeito às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor.
- D () As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dez por cento do valor da prestação.
- E () O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete (7) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial.

QUESTÃO 47 - Marque a assertiva *INCORRETA*.

- A () A apreciação sobre a abusividade de cláusulas contratuais, para fins de sua inclusão no elenco do artigo 51 do CDC, pode se dar por provocação do Ministério Público e, inclusive, pelo órgão judicial, de ofício, exceto, nesta última hipótese, em relação aos contratos bancários.
- B () As multas decorrentes da aplicação de sanções administrativas são revertidas para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor; na ausência de Fundos municipais, os recursos serão depositados no Fundo do respectivo Estado e, faltando este, no Fundo federal.
- C () Prescrevem em cinco anos as infrações da ordem econômica, contados da data da prática do ilícito ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- D ()** Antes da inscrição do nome do consumidor em cadastro de proteção de crédito, é necessária a sua notificação prévia, pelo órgão mantenedor do cadastro.
- E ()** É indispensável a análise judicial da verossimilhança da alegação ou da hipossuficiência do consumidor, para a inversão do ônus da prova, quanto a veracidade e a correção da informação ou da comunicação publicitária.

QUESTÃO 48 - Sobre a tutela jurisdicional coletiva, responda a alternativa *INCORRETA*.

- A ()** Correndo paralelamente dois inquéritos civis, um no Ministério Público Estadual e outro no Federal, eventual conflito negativo de atribuições deve ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- B ()** Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional, cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- C ()** Nas ações civis públicas, não precisa o Ministério Público adiantar custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem será condenado, salvo comprovada má-fé, ao pagamento de honorários de advogado, de custas e de despesas processuais.
- D ()** O efeito suspensivo da apelação, interposta contra a sentença proveniente de ação civil pública, não é automático (*ex legis*), mas depende da análise judicial que pode conferi-lo para evitar dano irreparável.
- E ()** As ações coletivas, voltadas a tutela dos interesses difusos e coletivos, não induzem litispendência para a ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada "*erga omnes*" ou "*ultra partes*" não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida a suspensão no prazo de trinta dias, a contar do ajuizamento da ação coletiva.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

VIII - DIREITO DO IDOSO

QUESTÃO 49 - A respeito dos alimentos devidos ao idoso é correto afirmar que:

- A () serão prestados na forma da lei civil, e a obrigação não é solidária;
- B () o Estado não está obrigado a fornecer alimentos ao idoso, nem mesmo diante da impossibilidade dos familiares;
- C () as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil;
- D () as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas apenas perante o Juízo competente;
- E () se o idoso não possuir condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), exclusivamente, esse encargo.

QUESTÃO 50 - Assinale a alternativa em que estão elencados os legitimados concorrentes para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos dos idosos, conforme disposto na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

- A () O Ministério Público; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a Ordem dos Advogados do Brasil; as associações legalmente constituídas há pelo menos um (1) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.
- B () O Ministério Público; a Ordem dos Advogados do Brasil; e as associações legalmente constituídas há pelo menos dois (2) anos e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa.
- C () O Ministério Público e as associações legalmente constituídas há pelo menos dois (2) anos e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.
- D () A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a Ordem dos Advogados do Brasil, somente.
- E () O Ministério Público; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a Ordem dos Advogados do Brasil; e as associações legalmente constituídas há pelo menos três (3) anos e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa.

IX - DIREITO PENAL

QUESTÃO 51 - Assinale a alternativa CORRETA.

- A () De acordo com a nova ordem constitucional, o Juiz poderá fixar a pena-base acima do mínimo legal sem expor sua fundamentação, apenas indicando o dispositivo legal relativo.
- B () Processo com absolvição por falta de provas, bem como as condenações transitadas em julgado antes da prática de novo crime poderão ser motivo para o aumento da pena-base do acusado, conforme pacífico entendimento jurisprudencial, pois ambas as situações caracterizam maus antecedentes.
- C () A tentativa deverá ser analisada na fixação da pena por ocasião da pena-base, eis que constitui circunstância do crime.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- D ()** Para efeitos de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios e políticos.
E () A sentença absolutória interrompe a prescrição, desde que recorra o Ministério Público.

QUESTÃO 52 - O réu pode ser tido como reincidente quando:

- A ()** comete novo crime, apesar de ainda não julgado pelo primeiro;
B () comete novo crime depois de transitar em julgado a sentença que o tenha condenado por crime anterior;
C () o processo relacionado ao crime anterior, necessariamente, esteja em grau de recurso;
D () comete novo crime antes de passar cinco anos do cometimento do primeiro independente do trânsito em julgado da primeira condenação;
E () a prática do novo crime deve resultar da mesma qualidade da pena.

QUESTÃO 53 - Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo:

- A ()** as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial;
B () as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial;
C () as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, não se excetuando os casos em que a lei preveja procedimento especial;
D () as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa;
E () as contravenções penais e os crimes a que a lei comine a pena máxima não superior a quatro anos, cumulada ou não com multa.

QUESTÃO 54 - Em relação à técnica de aplicação da pena, somente uma das seguintes condutas pode ser adotada pelo Juiz.

- A ()** Ante a ocorrência de duas atenuantes, deverá compensá-las com duas majorantes;
B () Após fixar a pena-base e alterá-la, provisoriamente, em face da ocorrência de atenuantes e agravantes, passará a considerar as causas de diminuição e de aumento da pena.
C () Antes de cuidar da aplicação de atenuantes e agravantes, deve considerar as causas de diminuição e de aumento da pena.
D () Ao apreciar as circunstâncias judiciais, fica impedido de fixar a pena-base no mínimo legal.
E () O sistema trifásico de aplicação da pena não impõe qualquer ordem de observância, desde que o juiz na aplicação da pena final não extrapole os limites de cominação abstrata.

QUESTÃO 55 - O arrependimento posterior constitui:

- A ()** causa extintiva de punibilidade;
B () causa de atipicidade da conduta;
C () causa facultativa de diminuição de pena;
D () causa de inculpabilidade;
E () causa obrigatória de redução da pena.

QUESTÃO 56 - O livramento condicional para condenado por crime hediondo poderá ser concedido:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- A () pelo Juiz de Execução Penal, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário, após o cumprimento de metade da pena;
- B () pelo Juiz de Execução Penal, ouvido o Conselho de Comunidade, após o cumprimento de dois terços da pena;
- C () pelo Juiz que prolatou a sentença condenatória, necessariamente, ouvido o Ministério Público, após o cumprimento de dois terços da pena;
- D () pelo Juiz de Execução Penal, após o cumprimento de metade da pena, a pedido do Diretor do estabelecimento penal, desde que comprovados os requisitos estabelecidos em Lei;
- E () pelo Juiz de Execução Penal, desde que, dentre outras condições, haja o réu cumprido mais de dois terços da pena e não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

QUESTÃO 57 - A pena restritiva de direito converte-se em privativa de liberdade pelo tempo da pena aplicada, quando:

- A () contra o réu for instaurado processo decorrente da prática de contravenção penal;
- B () contra o réu for instaurado processo decorrente da prática de crime doloso;
- C () sobrevier condenação, por outro crime, a pena privativa de liberdade cuja execução não tenha sido suspensa, não sendo possível ao condenado, pois, cumprir a pena substitutiva anterior;
- D () ocorrer descumprimento da restrição imposta, justificada ou injustificadamente;
- E () absolvido o réu pelo cometimento do novo crime, se lhe impuser medida de segurança, diante da periculosidade presumida (prática de mais de um crime).

QUESTÃO 58 - O condenado que ficou preso provisoriamente no Brasil ou no estrangeiro, ou internado para tratamento psiquiátrico, tem direito a um desconto na contagem do cumprimento de pena privativa de liberdade ou medida de segurança, que se denomina:

- A () detração;
- B () remição;
- C () reversão;
- D () progressão;
- E () regressão.

QUESTÃO 59 - Funcionário Público que, no exercício de suas funções, exige para si, a fim de liberar pagamento devido a fornecedor do Estado, um percentual do valor a ser creditado, sob pena de retardar o pagamento, comete o crime de:

- A () concussão em sua forma tentada (art. 316, c/c art. 14, II, CP), isso caso o credor não aceite pagar a propina;
- B () peculato consumado (art. 312, CP), se o credor aceita a "oferta" e permite que o funcionário público efetue o desconto do valor combinado de seu crédito, mesmo que depois o agente não venha a ter proveito com o produto do crime;
- C () concussão consumada (art. 316, CP), sendo irrelevante o fato de que tenha o agente obtido ou não o que exigiu da vítima, já que se trata de crime formal;
- D () corrupção passiva própria, porque o ato funcional era, na origem, lícito, vez que o crédito existia;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

E () advocacia administrativa (art. 321, CP), uma vez que o agente, valendo-se de sua qualidade de funcionário público, defende interesse privado perante a administração pública.

QUESTÃO 60 - No caso de concurso de crimes a prescrição se opera:

- A () sobre o total da pena aplicada cumulativamente aos delitos;
- B () somente sobre o *quantum* relativo às agravantes reconhecidas;
- C () somente sobre a pena mais grave aplicada;
- D () sobre a pena de cada um dos crimes, isoladamente;
- E () sobre a pena do primeiro crime praticado.

X - DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 61 - Analise as seguintes assertivas.

- I - A prova ilícita, obtida com infringência ao direito material, enseja a nulidade do processo.
 - II - A busca domiciliar não pode ser realizada no período noturno em nenhuma circunstância.
 - III - O depoimento constante do inquérito policial, conforme preceito do Código de Processo Penal pode ser considerado em desfavor do réu, desde que tal prova inquisitorial seja corroborada por outro elemento probatório colhido na instrução criminal.
 - IV - A interceptação telefônica pode ser decretada pelo Juiz especificamente para obter o paradeiro de chefe de quadrilha armada;
 - V - O Promotor de Justiça, de comarca inicial, que colhe depoimentos em autos de procedimento administrativo investigatório não está impedido de oferecer a denúncia.
- A () As assertivas “II”, “III” e “V” são corretas.
 - B () As assertivas “II”, “III”, “IV” e “V” são corretas.
 - C () Apenas as assertivas “III” e “V” são corretas.
 - D () Apenas as assertivas “III” e “IV” são corretas.
 - E () Apenas as assertivas “II” e “III” são corretas

QUESTÃO 62 - Em ação penal, uma testemunha de defesa, apenas abonatória da conduta do acusado é ouvida por carta precatória antes da última testemunha da acusação. A defesa faz requerimento oportuno ao magistrado que anula as duas últimas oitivas, diante da inversão na coleta da prova. O Promotor de Justiça recorre pretendendo reverter o decreto de nulidade. Tendo em conta os princípios atinentes às nulidades no processo penal, qual dos listados abaixo pode fundamentar o recurso do Ministério Público?

- A () Princípio da convalidação do ato processual.
- B () Princípio do interesse processual.
- C () Princípio da celeridade.
- D () Princípio do prejuízo.
- E () Princípio da ratificação do ato processual.

QUESTÃO 63 - No rito sumaríssimo, se o denunciado é citado pessoalmente e não apresenta defesa, o Juiz deve:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- A () nomear defensor dativo para fazer a defesa escrita, prosseguindo o processo à revelia do acusado;
- B () determinar a remessa dos autos ao juízo comum;
- C () analisar se é cabível a absolvição sumária;
- D () suspender o processo e o prazo prescricional até que o denunciado se faça presente nos autos, pessoalmente ou por meio de defensor;
- E () nomear defensor dativo para o acusado, que fará a defesa oral antecedente ao recebimento da denúncia.

QUESTÃO 64 - Tratando-se de infrações penais de menor potencial ofensivo de competência dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A () Não encontrado o acusado para ser citado, o juiz encaminhará as peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- B () Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.
- C () Ocorrida a composição civil entre as partes, em relação a crime de ação penal condicionada à representação, fica prejudicada a proposta de transação penal.
- D () O não cumprimento da transação penal pelo autor do fato, por si só, não inviabiliza, nos mesmos autos, a proposta de suspensão condicional do processo.
- E () A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz mediante sentença recorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

QUESTÃO 65 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- A () Comprovado que o acusado se oculta é possível determinar a sua citação por hora certa.
- B () Por previsão legal é vedada a concessão de liberdade provisória ao acusado por crime de tráfico de entorpecente.
- C () Havendo dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado o Juiz Presidente poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região.
- D () A denúncia será dirigida a autoridade judiciária e o réu se defenderá do fato criminoso nela contido, delineando a acusação.
- E () Ao Promotor de Justiça se estendem, no que lhe for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos Juízes de Direito.

QUESTÃO 66 - Réu reincidente é acusado de subtrair um automóvel mediante o emprego de violência e uso de arma de fogo. Dentre as determinações judiciais abaixo, durante a ação penal, aponte qual delas viola o princípio da ampla defesa.

- A () Diante da renúncia do defensor constituído do réu, após consultar o Promotor de Justiça, nomeou-lhe defensor dativo.
- B () Indeferiu pleito da defesa no sentido de avaliar a *res furtiva*.
- C () Expediu carta precatória para oitiva de testemunha arrolada pela defesa, fixando o prazo de sessenta (60) dias para cumprimento, sentenciando o feito após o decurso de tal lapso, mesmo sem a devolução da carta.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- D ()** Negou-lhe o direito de apelar em liberdade, pois estava preso por força de prisão em flagrante, com pedido de liberdade provisória negado no curso da instrução, sob o fundamento da necessidade de garantir a ordem pública em face da reiteração criminosa evidenciada pelos diversos outros processos criminais onde também figura como acusado.
- E ()** Aplicou-lhe a pena de seis (6) anos de reclusão e fixou o fechado como regime inicial, uma vez presente a reincidência e desfavorável valoração das circunstâncias judiciais.

QUESTÃO 67 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- A ()** O Promotor de Justiça ao receber o inquérito policial poderá oferecer denúncia e requisitar diligências para que o Delegado de Polícia continue as investigações visando apurar indícios de outros crimes, sem violar o princípio da indivisibilidade da ação penal.
- B ()** A sentença que contém a absolvição por insuficiência de provas, fundada nas alegações finais do Promotor de Justiça, sem que a defesa apresente suas alegações, é nula e pode ser reconhecida pelo Tribunal de Justiça em grau de recurso de apelação ou por meio de “*habeas corpus*”.
- C ()** Na falta de perito oficial, o exame de constatação da substância entorpecente, para efeito de lavratura do auto de prisão em flagrante, poderá ser realizado por qualquer pessoa reconhecidamente idônea.
- D ()** O perito oficial que subscreve o laudo de constatação de substância entorpecente não está impedido de elaborar o laudo definitivo;
- E ()** Recebida a denúncia por crime de tráfico de entorpecente, o Juiz poderá determinar o afastamento cautelar do réu de suas atividades profissionais, caso seja ele funcionário público, comunicando, todavia, o órgão respectivo.

QUESTÃO 68 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- A ()** É cabível a impetração de *habeas corpus* concomitantemente a outro recurso contra decisão judicial que revoga o livramento condicional, ainda que os argumentos sejam os mesmos.
- B ()** A sentença que contém a condenação e a manutenção da prisão cautelar do réu, prejudica o *habeas corpus* no qual se busca o reconhecimento do excesso de prazo na formação da culpa.
- C ()** É possível a justificação judicial para constituir prova com vistas à revisão criminal de sentença condenatória.
- D ()** Em caso de homicídio doloso praticado por Promotor de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado onde se consumou o delito, será competente para conhecer, processar e julgar o processo.
- E ()** O trânsito em julgado da sentença condenatória é requisito essencial para ajuizamento da revisão criminal.

QUESTÃO 69 - Analise as seguintes assertivas.

- I - O réu sempre será intimado pessoalmente da decisão de pronúncia.
- II - A carta rogatória para inquirição de testemunha no estrangeiro observará as regras processuais daquele País.
- III - A Justiça Militar é competente para julgar ação penal referente a homicídio culposo de civil praticado por policial militar na condução de viatura.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- IV - A representação da vítima, em caso de ação penal pública a ela condicionada, poderá ser dirigida ao Promotor de Justiça, ao Juiz ou ao Delegado de Polícia.
- V - A falta do relatório da autoridade policial no inquérito policial inviabiliza o oferecimento de denúncia.
- A () As assertivas "I", "III" e "V" são incorretas.
- B () As assertivas "I", "III" e "IV" são incorretas.
- C () As assertivas "I", "III" e "V" são incorretas.
- D () As assertivas "I" e "III" são incorretas.
- E () As assertivas "III" e "IV" são incorretas.

QUESTÃO 70 - Analise as seguintes assertivas.

- I - A reconstituição simulada do fato criminoso não será realizada quando contrariar a moralidade ou a ordem pública, podendo ser determinada pela autoridade policial na fase da investigação.
- II - Entre as atribuições da autoridade policial está a execução de diligências requisitadas pelo Juiz ou Promotor de Justiça e a de representação pela prisão preventiva do indiciado.
- III - A vítima e o indiciado poderão requerer diligências, mas a sua realização ficará a critério da autoridade policial, sem que isto caracterize cerceamento de defesa;
- IV - Arquivado o inquérito policial é vedado ao Delegado de Polícia realizar qualquer investigação envolvendo o mesmo fato, podendo, inclusive, responder por crime de desobediência.
- V - Ocorrendo a instauração de dois inquéritos policiais pelo mesmo fato, um deles, a critério do Promotor de Justiça, será declarado nulo por sentença, em face da litispendência.
- A () As assertivas "I" e "II" são incorretas.
- B () As assertivas "II" e "III" são incorretas.
- C () As assertivas "IV" e "V" são incorretas.
- D () As assertivas "I" e "III" são incorretas.
- E () As assertivas "III" e "IV" são incorretas.

XI - DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 71 - A competência para legislar em matéria ambiental é:

- A () da União, dos Estados e do Distrito Federal;
- B () da União e dos Estados;
- C () da União e dos Municípios;
- D () dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- E () da União, dos Estados e do Distrito Federal, tendo os Municípios competência complementar.

QUESTÃO 72 - Assinale a alternativa cujo enunciado expressa o sentido de norma constitucional que trata das sanções previstas para os autores de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.

- A () Os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, estão sujeitos a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- B () Os infratores, pessoas físicas, estão sujeitos a sanções penais e administrativas, somente. Às pessoas jurídicas é imposta a obrigação de reparar os danos causados.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- C ()** Os infratores, pessoas físicas, estão sujeitos a sanções penais e administrativas; e as pessoas jurídicas a sanções administrativas, independentemente, em qualquer caso, da obrigação de reparar os danos causados.
- D ()** Os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, estão obrigados à reparação dos danos causados, a qual, uma vez satisfeita, constitui causa de extinção da punibilidade.
- E ()** Os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, estão sujeitos às sanções administrativas e à reparação dos danos causados. O cumprimento das medidas constitui causa de extinção da punibilidade.

QUESTÃO 73 - Segundo o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), o qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, pode-se afirmar que:

- A ()** o direito de superfície, que pode ser transferido a terceiros, abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística;
- B ()** o direito de superfície não pode ser transferido a terceiros;
- C ()** o direito de superfície somente extingue-se ao final do contrato, ainda que o superficiário dê ao terreno destinação diversa daquela para a qual foi concedida;
- D ()** o direito de superfície não se transmite aos herdeiros;
- E ()** a extinção do direito de superfície não precisa ser averbada no cartório de registro de imóveis.

QUESTÃO 74 - A teor do artigo 1º da Lei nº 9.433/1997 (que institui a política nacional de recursos hídricos e dá outras providências), tem-se os seguintes fundamentos:

- A ()** que a água é um bem de domínio privado;
- B ()** que a água é um recurso natural limitado sem valor econômico;
- C ()** que a água é um bem de domínio público, dotado de valor econômico;
- D ()** que em situações de escassez o uso prioritário dos recursos hídricos é na indústria e para a dessedentação de animais;
- E ()** que a gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada na iniciativa privada, sem a participação do Poder Público.

XII - DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

QUESTÃO 75 - A ação civil pública destinada à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência foi abandonada pela sociedade de economia mista que incluía, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência. Pode assumir a titularidade passiva:

- A ()** qualquer dos co-legitimados;
- B ()** apenas o Ministério Público;
- C ()** somente associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência;
- D ()** apenas a União, o Estado, o Município ou Distrito Federal, conforme o objeto da demanda;
- E ()** somente outra sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

XIII - DIREITO ELEITORAL

QUESTÃO 76 - Assinale a alternativa *INCORRETA*.

- A ()** Exercer plenamente os direitos políticos significa estar habilitado a ser eleitor e a ser candidato a cargos eletivos. Enquanto a perda ou suspensão dos direitos políticos implica na restrição a ser eleitor e a ser candidato, a inelegibilidade restringe apenas parcela dos direitos políticos relativa a de se candidatar a cargos públicos eletivos.
- B ()** Há perda dos direitos políticos nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e perda voluntária da nacionalidade brasileira.
- C ()** A suspensão dos direitos políticos só se dará nos casos de incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa e improbidade administrativa.
- D ()** A suspensão da inscrição eleitoral dar-se-á, ainda, nos casos de conscrição e outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, de acordo com o Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses.
- E ()** São inelegíveis para qualquer cargo os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes; e os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena.

QUESTÃO 77 - Assinale a alternativa *INCORRETA*.

- A ()** A inelegibilidade consiste na restrição ao direito político de se candidatar a cargo eletivo, ou seja, não retira a capacidade de votar (a não ser para os inalistáveis), mas apenas a de ser votado para cargo público eletivo.
- B ()** A inelegibilidade decorrente de condenação pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, persiste por cinco (5) anos após a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena, mesmo depois do restabelecimento da inscrição eleitoral.
- C ()** São hipóteses de cancelamento de inscrição eleitoral a ausência de domicílio eleitoral, duplicidade e pluralidade de inscrições, falecimento do eleitor; alistamento de estrangeiro e alistamento efetuado mediante fraude.
- D ()** Somente poderá filiar-se a partido o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.
- E ()** Considera-se deferida a filiação partidária, para todos os efeitos, com o atendimento das regras estatutárias do partido.

QUESTÃO 78 - Assinale a alternativa *CORRETA*.

- A ()** Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos três (3) anos antes da data fixada para as eleições majoritárias ou proporcionais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- B ()** Constatada a ocorrência de duplicidade de filiação partidária, o Juiz Eleitoral não deverá declarar a nulidade, pois a questão é considerada “*interna corporis*” dos próprios partidos políticos.
- C ()** Quem se filia a novo partido deverá comunicar ao órgão de direção municipal do partido anterior e ao Juiz da sua respectiva zona eleitoral, solicitando o cancelamento da sua filiação até o dia imediato ao da nova filiação, sob pena de configurar-se dupla filiação, sendo ambas consideradas nulas para todos os efeitos.
- D ()** Nos processos relativos à apuração das infrações penais eleitorais, não é cabível a aplicação dos institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, na forma da Lei nº 9.099/1995.
- E ()** Nos processos relativos à apuração das infrações penais eleitorais, as medidas alternativas de transação penal e de suspensão condicional do processo, desde que aceitas, poderão consistir em prestação pecuniária e prestação de serviços voluntários à comunidade. A transação penal acarreta reincidência, pois sua aceitação importa em reconhecimento de responsabilidade, mas não gera efeitos civis e não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo se para efeitos criminais, quando requisitada por autoridade judiciária ou Ministério Público.

QUESTÃO 79 - Assinale a alternativa *INCORRETA*.

- A ()** Não sendo aceita ou homologada a transação ou suspensão condicional do processo, ou sendo revogado o benefício, o processo seguirá em seus ulteriores termos nos moldes previstos no processo criminal eleitoral, com depoimento pessoal do acusado e citação para contestar em dez (10) dias. As citações e intimações seguirão o disposto no Código de Processo Penal. A citação deve ser feita diretamente ao acusado, mas também se admite seja feita ao seu representante legal.
- B ()** As sentenças no processo eleitoral devem ser proferidas no prazo de dez (10) dias. Das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional, a ser interposto no prazo de dez (10) dias. Os prazos relativos às representações da Lei Eleitoral são contínuos e peremptórios, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados, desde a data do encerramento do prazo para registro de candidatos e a proclamação dos eleitos, inclusive em segundo turno.
- C ()** Os feitos eleitorais, no período entre o registro das candidaturas até cinco dias após a realização do segundo turno das eleições, terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos Juízes de todas as Justiças e instâncias, ressalvados os processos de habeas corpus e mandado de segurança, sendo defeso às mencionadas autoridades deixar de cumprir qualquer prazo legal em razão do exercício das funções regulares, sob pena de crime de responsabilidade sujeito a anotação funcional para efeito de promoção na carreira.
- D ()** No processamento das representações, reclamações e pedidos de resposta previstos na Lei das Eleições, o prazo para o representado apresentar defesa é de 48 horas, exceto quando se tratar de pedido de resposta, cujo prazo será de vinte e quatro (24) horas. Apresentada a resposta ou decorrido o respectivo prazo, é de vinte e quatro (24) horas o prazo para o Ministério Público emitir parecer. Findo o prazo, com ou sem parecer do Ministério Público, o juiz deve decidir no prazo de vinte e quatro (24) horas, exceto quando

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

se tratar de pedido de resposta, cuja decisão deverá ser proferida no prazo máximo de setenta e duas setenta (72) horas da data em que for protocolado o pedido.

- E ()** A inobservância dos prazos previstos para as decisões da autoridade judiciária constitui crime eleitoral e sujeitará a autoridade judiciária às penas previstas no Código Eleitoral.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

QUESTÃO 80 - Assinale a alternativa CORRETA.

- A ()** A competência do juiz eleitoral encarregado da propaganda eleitoral não exclui o respectivo poder de polícia, que se restringe às providências necessárias para inibir práticas ilegais, inclusive admitindo-se a censura prévia sobre o teor dos programas a serem exibidos na televisão e no rádio.
- B ()** O membro do Ministério Público que mantém o direito a filiação partidária não poderá exercer funções eleitorais enquanto não decorridos 3 (três) anos do cancelamento da aludida filiação.
- C ()** Ao juiz eleitoral que seja parte em ações judiciais que envolvam determinado candidato é defeso exercer suas funções em processo eleitoral no qual o mesmo candidato seja interessado. Se, posteriormente ao registro da candidatura, candidato propõe ação contra juiz que exerce função eleitoral, o afastamento deste somente decorrerá de declaração espontânea de suspeição ou de procedência da respectiva exceção.
- D ()** São considerados eleitos os candidatos a prefeito, assim como seus respectivos candidatos a vice, que obtiverem a maioria de votos, computados os votos em branco e os votos nulos. Nos municípios com mais de duzentos (200) mil eleitores, se nenhum candidato alcançar a maioria absoluta de votos na primeira votação, será realizado segundo turno, ao qual concorrerão os dois (2) candidatos mais votados, considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- E ()** Nas eleições majoritárias, havendo empate na votação de candidatos e de suplentes de um mesmo partido político ou coligação, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

QUESTÃO 81 - Assinale a alternativa CORRETA.

- A ()** Caberá o recurso contra a expedição de diploma, interposto no prazo de três (3) dias da diplomação. Enquanto o Tribunal Superior Eleitoral não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, não poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude.
- B ()** O mandato eletivo poderá também ser impugnado perante a Justiça Eleitoral após a diplomação, no prazo de quinze (15) dias, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. A ação de impugnação de mandato eletivo deverá observar o procedimento previsto para o registro de candidaturas e tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé, aplicando-se as disposições do Código de Processo Civil apenas subsidiariamente.
- C ()** A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição, a partir de quando a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, depende de licença da polícia. O candidato, o partido político ou a coligação que promover o ato deverá realizar a devida comunicação à autoridade policial com, no mínimo, 24 horas de antecedência, a fim de que esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem pretenda usar o local no mesmo dia e horário.
- D ()** Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, salvo pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- E ()** Em bens particulares, a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, que não excedam a 4m² e que não contrariem a legislação, inclusive a que dispõe sobre posturas municipais, depende de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

QUESTÃO 82 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- A ()** A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- B ()** Constitui crime eleitoral inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado ou, ainda, impedir o exercício de propaganda eleitoral.
- C ()** A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações no juízo eleitoral ao qual compete fazer o registro dos candidatos, com no mínimo cinco dias de antecedência da divulgação, sujeita os responsáveis apenas a aplicação de penalidade administrativa de multa.
- D ()** A divulgação de pesquisa eleitoral fraudulenta constitui crime pelo qual são responsáveis os representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa, mas não os representantes legais do órgão veiculador da pesquisa.
- E ()** Nenhuma autoridade poderá, desde cinco (5) dias antes e até quarenta e oito (48) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto. Os candidatos, desde quinze (15) dias antes da eleição, gozam da garantia de não poderem ser, detidos ou presos, salvo o caso de flagrante delito.

XIII - TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 83 - Leia com atenção os enunciados abaixo.

- I - A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco (5) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- II - Referida prescrição é interrompida pelo despacho do Juiz que ordena a citação em execução fiscal.
- III - Aludida prescrição é interrompida apenas com a citação válida em execução fiscal, mas seus efeitos retroagem à data do despacho judicial que determinou a citação.
- IV - A mesma prescrição é interrompida por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

Em face da atual redação do CTN, assinale a alternativa CORRETA.

- A ()** “III” e “IV” estão incorretas;
- B ()** “I” e “II” estão incorretas;
- C ()** “II” e “IV” estão incorretas;
- D ()** “II” está incorreta;
- E ()** “III” está incorreta.

QUESTÃO 84 - Dos seguintes impostos:

- I - Sobre a Propriedade Territorial Rural;
- II - Sobre Serviços de Transporte Intermunicipal;
- III - Sobre a Propriedade Territorial Urbana.

São da competência tributária do Município os indicados nas assertivas:

- A ()** “I” e “II”
- B ()** “II” e “III”;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- C () “III” e “I”;
- D () somente a “II”;
- E () somente a “III”.

QUESTÃO 85 - Assinale a alternativa que, sequer hipoteticamente retrata situação capaz de derivar na responsabilização solidária em relação à obrigação tributária principal não paga pelo contribuinte:

- A () o administrador de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- B () o inventariante, pelos tributos devidos pelos herdeiros;
- C () o síndico, pelos tributos devidos pela massa falida;
- D () os tabeliães pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
- E () os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.

QUESTÃO 86 - Assinale a alternativa que não indica situação extintiva do crédito.

- A () Transação.
- B () Parcelamento.
- C () Remissão.
- D () Compensação.
- E () Decadência.

QUESTÃO 87 - Exclui o crédito tributário:

- A () anistia;
- B () transação;
- C () pagamento;
- D () moratória; e,
- E () compensação.

QUESTÃO 88 - Em relação à contribuição de melhoria, INCORRETO é afirmar:

- A () ser necessária sua aprovação pela via legislativa;
- B () ter como limite individual o custo total da obra;
- C () pode ser cobrada pela União, Estados e Municípios;
- D () que decorre de obra pública;
- E () que somente poderá ser exigida se a obra resultar valorização imobiliária.

QUESTÃO 89 - Constitui tributo não vinculado a qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte:

- A () taxa;
- B () contribuição previdenciária;
- C () imposto;
- D () contribuição de melhoria;
- E () tarifa.

XV - DIREITO SANITÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

QUESTÃO 90 - A Lei nº 10.216/2001 (que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental) admite os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

- A () voluntária e compulsória;
- B () voluntária;
- C () compulsória;
- D () voluntária, involuntária e compulsória;
- E () involuntária.

QUESTÃO 91 - De acordo com o disposto na Lei nº 8.142/1990 (que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências) é possível afirmar que:

- A () os Municípios não podem estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde;
- B () os Municípios podem estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde;
- C () os Municípios somente podem estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde mediante autorização da União;
- D () os Municípios somente podem estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde mediante autorização dos respectivos Estados;
- E () os Municípios somente podem estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde mediante autorização da União e dos respectivos Estados.

QUESTÃO 92 - A realização de transplante ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só poderá ser realizada por estabelecimento de saúde, público ou privado, e por equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, previamente autorizados:

- A () pelo órgão de gestão municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);
- B () pelas Secretarias Municipais de Vigilância Sanitária;
- C () pelo órgão de gestão nacional do Sistema Único de Saúde (SUS);
- D () pelo Conselho Regional de Medicina;
- E () pelos gestores dos respectivos estabelecimentos de saúde.

QUESTÃO 93 - A respeito do planejamento familiar é **CORRETO** afirmar que:

- A () a Lei nº 9.263/1996 (que regula o §7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências) permite ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal, inclusive para controle demográfico;
- B () a legislação pátria não permite a esterilização voluntária;
- C () é permitida a indução ou instigamento individual ou coletivo à prática da esterilização cirúrgica;
- D () a Lei nº 9.263/1996 permite a esterilização voluntária nas situações que especifica;
- E () é autorizada a exigência de atestado de esterilização ou de teste de gravidez para quaisquer fins.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

QUESTÃO 94 - O dever do Estado de garantir a saúde:

- A () exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade;
- B () não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade;
- C () exclui apenas o da família;
- D () exclui somente o da sociedade;
- E () exclui apenas o das pessoas e das empresas.

QUESTÃO 95 - São diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde:

- A () descentralização, atendimento integral e participação da comunidade;
- B () centralização, universalidade e participação da comunidade;
- C () descentralização e atendimento apenas aos carentes;
- D () centralização, atendimento apenas aos carentes e sigilo das informações, mesmo às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- E () centralização, universalidade e sigilo das informações, mesmo às pessoas assistidas, sobre sua saúde.

QUESTÃO 96 - Apenas um dos enunciados contém informação CORRETA a respeito do atendimento domiciliar pelo Sistema Único de Saúde. Aponte-o.

- A () Não inclui a internação domiciliar.
- B () Abrange o atendimento domiciliar e a internação domiciliar.
- C () Inclui somente procedimentos de assistência social.
- D () Serão realizados por qualquer profissional da saúde e não por equipes multidisciplinares.
- E () Independe da expressa concordância do paciente, bastando a de sua família.

XVI - ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

QUESTÃO 97 - Em se tratando de divisão e organização judiciárias, nos termos da Lei Complementar nº 14 de 17/12/1991 e suas posteriores alterações, INCORRETO é afirmar que:

- A () o território do Estado do Maranhão para fins da administração da Justiça Comum, divide-se em Comarcas, Termos Judiciários, Zonas Judiciárias e Seções Judiciárias;
- B () as Comarcas são de entrância inicial, intermediária e final;
- C () o território de um Município corresponde a um Termo Judiciário;
- D () as Zonas judiciárias se constituem de quatro (4) Juízos e recebem por designação Juízes de Direito Substitutos de Primeira Entrância;
- E () os Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão se constituem do Tribunal de Justiça, Juízes de Direito, Tribunal do Júri, Juizados Especiais e Turmas Recursais, Conselho da Justiça Militar Estadual e Juízes de Paz.

QUESTÃO 98 - Quanto aos Juízes de Direito é CORRETO afirmar que:

- A () aos Juízes de Direito Substitutos compete, substituir os Juízes de Direito das Comarcas do interior do Estado dentro de seus respectivos Termos Judiciários;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

- B ()** mediante designação do Vice Presidente do Tribunal de Justiça, aos Juízes de Direito Auxiliares compete exercer a jurisdição cumulativamente como titular na Capital ou no Interior;
- C ()** ressalvadas as atribuições das autoridades competentes, no desempenho de suas funções administrativas, lhes cabe levar ao conhecimento do Procurador Geral de Justiça, as infrações praticadas por membros do Ministério Público na Comarca;
- D ()** as suspeições opostas aos membros do Ministério Público são decididas pelo Juiz de Paz;
- E ()** ao Juiz Auditor da Justiça Militar Estadual, dentre outras atribuições, compete presidir os Conselhos de Justiça, relatar e decidir todos os processos, independentemente das sentenças e decisões do respectivo Conselho.

QUESTÃO 99 - No pertinente aos serviços judiciais e servidores do Poder Judiciário, CORRETO é afirmar que:

- A ()** quando determinado pelo juiz, a abertura de vista dos autos ao Ministério Público incumbe ao secretário da Vara por intermédio;
- B ()** ao oficial de justiça incumbe, obrigatoriamente, preparar expedientes da Secretaria para despachos e audiências;
- C ()** as diligências extra judiciais do Ministério Público são realizadas por oficial de justiça;
- D ()** os oficiais de justiça não podem exercer as funções de porteiro dos auditórios;
- E ()** cabe exclusivamente ao secretário judicial da vara o cumprimento de mandados de prisão.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

QUESTÃO 100 - Sobre servidores do Poder Judiciário, INCORRETO é afirmar que:

- A ()** os serventuários e os funcionários são servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;
- B ()** à exceção dos cargos de provimento em comissão, mediante concurso compete ao Tribunal de Justiça prover os cargos dos quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;
- C ()** o regulamento do concurso, elaborado e expedido pelo Corregedor Geral de Justiça, deverá prever se de provas ou de provas e títulos, estes últimos considerados apenas para efeito de classificação;
- D ()** nas Comarcas de Vara Única, os serviços de avaliação são feitos pelo oficial de justiça, e os de contadoria, partilha e do depósito judicial pelo secretário da Vara;
- E ()** a expedição de certidões extraídas dos autos, livros e de demais papéis sob sua guarda, compete ao secretário da Vara;

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA)

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
	A	B	C	D	E

38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					
56					
57					
58					
59					
60					
61					
62					
63					
64					
65					
67					
68					
69					
70					
71					
72					
73					
74					
75					
	A	B	C	D	E
76					

77					
78					
79					
80					
81					
82					
83					
84					
85					
86					
87					
88					
89					
90					
91					
92					
93					
94					
95					
96					
97					
98					
99					
100					